

ECONOMIA**Direção-Geral de Energia e Geologia****Aviso n.º 3903/2017**

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que Ozdogu Portugal Mining and Exploration L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados para uma área denominada “Ourique 2”, localizada nos concelhos de Ourique, Castro Verde, Almodôvar e Odemira, ficando a corresponder-lhe uma área de 499,529km², constituída por 1 bloco, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	-15873,126	-208668,609
2	-1531,512	-225529,011
3	4412,309	-230695,564
4	4458,974	-230871,659
5	12477,305	-237599,576
6	-469,526	-246492,976
7	-11303,146	-235244,084
8	-22487,373	-214116,488

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, a apresentar por escrito:

- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º, reclamações fundamentadas.
- Ao abrigo do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 5.º, propostas contratuais para a área do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208-6.º Andar, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações bem como as propostas contratuais. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

20 de março de 2017. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
310366261

Aviso n.º 3904/2017

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que Acúrcio Henriques Parra, L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de zircónio, háfnio, titânio, nióbio, tântalo, terras raras, itrio, escândio e outros depósitos minerais, numa área denominada “Penedo Gordo”, localizado nos concelhos de alter do Chão, Fronteira e Monforte, distrito de Portalegre, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Área total do pedido: 29,986 km²

Vértice	X (m)	Y (m)
1	41631,051	-50060,524
2	49413,031	-55327,136
3	49465,000	-59510,000
4	48440,000	-58680,000
5	41299,000	-53240,000

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, a apresentar por escrito:

- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º, reclamações fundamentadas.
- Ao abrigo do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 5.º, propostas contratuais.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras, da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208 (Ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclama-

ções. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

20 de março de 2017. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
310366512

Instituto Português da Qualidade, I. P.**Despacho n.º 3086/2017**
**Organismo de Verificação Metrológica de Sistemas
de Medição Contínua e Dinâmica
de Quantidades de Líquidos com Exclusão da Água**

O controlo metrológico dos métodos e instrumentos de medição obedece ao regime geral aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, às disposições Regulamentares gerais previstas no Regulamento Geral do Controlo Metrológico aprovado pela Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro, e ainda às disposições constantes das portarias específicas de cada instrumento de medição, sendo aplicável, no caso dos sistemas de medição de abastecimento de combustível GPL, a Portaria n.º 19/2007, de 5 de janeiro.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, compete ao Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ) assegurar e gerir o sistema de controlo metrológico legal dos instrumentos de medição, bem como reconhecer as entidades competentes para o exercício delegado desse controlo, sempre que tal se revele necessário.

Tendo sido verificada a necessidade de qualificar entidades para a realização das operações de controlo metrológico de sistemas de medição de abastecimento de combustível GPL e por forma a assegurar a cobertura nacional efetiva daquele controlo no âmbito referido, foi a entidade Instituto de Soldadura e Qualidade objeto de avaliação com base nos critérios e princípios para a qualificação de entidades, tendo sido evidenciada a experiência e a competência técnica necessárias para a realização do controlo metrológico no domínio sistemas de medição de abastecimento de combustível GPL, tendo a acreditação M0046 pelo Instituto Português de Acreditação, I. P. (IPAC), do seu Laboratório de Metrologia de Gás segundo a NP EN ISO/IEC 17025:2005, no domínio do Volume e Caudal entre outros domínios.

Assim:

Ao abrigo da alínea s) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/2014, de 15 de maio, conjugada com o disposto na subalínea i) da alínea c), do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro e para efeitos da aplicação da Portaria n.º 19/2007, de 5 de janeiro, determino o seguinte:

a) É reconhecida a qualificação do ISQ — Instituto de Soldadura e Qualidade, com sede na avenida Prof. Dr. Cavaco e Silva, n.º 33, Taguspark, 2740-120 Oeiras, para a execução das operações de Primeira Verificação após a reparação e Verificação Periódica de sistemas de medição de abastecimento de combustível GPL;

b) A referida empresa colocará a respetiva marca própria, anexa ao presente Despacho, bem como o símbolo da operação de controlo metrológico aplicável, no esquema de selagem dos instrumentos de medição abrangidos pelo regulamento aprovado pela Portaria n.º 962/90, 9 de outubro;

c) Das operações envolvidas serão mantidos em arquivo os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metrológico, nos termos da lei;

d) Mensalmente, e até ao dia 10 do mês seguinte, deve a empresa enviar ao Departamento de Metrologia do IPQ a lista dos instrumentos de medição verificados, assim como efetuar o pagamento, ao IPQ, dos montantes previstos no n.º 10, do Despacho n.º 18853/2008, de 3 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 15 de julho, revisto pela Retificação n.º 2135/2008, de 11 de setembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 1 de outubro;

e) O valor da taxa aplicável às operações previstas neste Despacho encontra-se definido na tabela de taxas de controlo metrológico aprovada pelo despacho referido na alínea anterior, e será revisto anualmente;

f) O presente despacho produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República* e é válido até 31 de dezembro de 2018.

24 de fevereiro de 2017. — O Presidente do Conselho de Diretivo, *J. Marques dos Santos*.



310323647

AMBIENTE

Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

Despacho n.º 3087/2017

Solicita o município de Arouca o reconhecimento do relevante interesse público, nos termos e para os efeitos previstos no regime jurídico da reserva ecológica nacional (REN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, do projeto do “Arranjo urbanístico de Moldes — Ligação da ER326 ao cemitério da freguesia de Moldes”, o qual visa beneficiar um caminho numa área total de 5915,60 m².

Cerca de 2352,70 m2 das obras pretendidas interferem com a tipologia da REN “cabeceiras de linhas de água”, por força da delimitação aprovada pela Portaria n.º 112/2011, de 21 de março, com as alterações dadas pela Declaração de Retificação n.º 14/2011, de 20 de maio, e pelo Aviso n.º 12481/2016, de 12 de outubro.

Considerando a inexistência de alternativas de localização fora de áreas que integram a REN, dada a natureza da intervenção pretendida;

Considerando que a concretização do projeto é relevante para o Município de Arouca, melhorando as ligações viárias existentes na freguesia de Moldes, nomeadamente o acesso da população aos espaços religiosos e administrativos através da ER326, acesso este que atualmente é feito por um caminho muito sinuoso e em terra batida;

Considerando que a Assembleia Municipal de Arouca, por deliberação de 28 de junho de 2016, reconheceu o interesse público do projeto;

Considerando a compatibilidade do projeto com o Plano Diretor Municipal de Arouca;

Considerando a pronúncia da Agência Portuguesa do Ambiente sobre a aplicabilidade ao projeto do regime jurídico da avaliação do impacto ambiental;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte propõe o deferimento do pedido;

Assim:

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e no uso das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, ao abrigo da subalínea v) da alínea c) do n.º 3 do Despacho n.º 489/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 12 de janeiro de 2016, determino:

O reconhecimento do relevante interesse público do projeto “Arranjo urbanístico de Moldes — Ligação da ER326 ao cemitério da freguesia de Moldes”, submetido ao cumprimento das medidas de minimização propostas, bem como às condições que decorrem dos pareceres obtidos no âmbito do procedimento.

28 de março de 2017. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*.

310391955

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3088/2017

Considerando que a floresta é um recurso natural que ocupa dois terços do território nacional, que gera diversos produtos de suporte às fileiras industriais, desde o papel ao mobiliário e que representa mais de 3 % do PIB nacional.

Considerando que a floresta nacional tem sofrido perdas consideráveis, nestas últimas décadas, de forma inusitada e por várias circunstâncias, quer por agentes bióticos e abióticos quer por força dos incêndios.

Considerando que nos Conselhos de Ministros dedicados à Reforma das Florestas, em outubro de 2016 e março último, bem como no âmbito da consulta e debates públicos promovidos pelo Governo, a questão do equilíbrio dos preços dos produtos e do mercado de produção lenhosa, foi matéria largamente mencionada de forma consensual.

Com efeito, constata-se um certo desinteresse no investimento na Floresta em consequência dos preços degradados da madeira e de outros produtos silvestres, assim como a existência de determinadas posições predominantes de algumas empresas das diversas fileiras florestais, o que determina a necessidade de analisar e avaliar o interesse em regulamentar os mercados propiciando a valorização dos produtos advindos da Floresta Portuguesa.

Atento o elevado número de competências cometidas ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., quer na gestão florestal quer na conservação da natureza, e sendo necessária uma estrutura ágil e especializada, preconiza-se a criação de uma Comissão para os Mercados e Produtos Florestais (CMPF), fortemente vocacionada para fomentar a recolha de informação, sua avaliação, análise prospetiva e acompanhamento do mercado dos produtos florestais, visando a gestão sustentável e sustentada daqueles recursos naturais.

A recolha e produção de informação de base assegura um conhecimento atualizado das condições de mercado existentes para os vários recursos florestais disponíveis sem desprezar o interesse em promover uma monitorização permanente dos produtos e mercados.

A criação desta CMPF permite, ainda, a conciliação de estratégias de regulamentação de mercado, de ordenamento do território florestal e de compatibilização de intervenções a nível central e a nível local no que respeita aos recursos florestais e silvestres existentes.

Por último, o reforço do elo de ligação entre as diversas entidades com atribuições neste setor económico, promovendo um incremento na sua articulação, objetivo a prosseguir pela CMPF que se cria, permite garantir o regular funcionamento dos mercados e a rentabilidade dos produtos das fileiras florestais.

Assim, determino o seguinte:

1 — É criada a Comissão para os Mercados e Produtos Florestais (CMPF), com a missão de conciliar estratégias de regulação de mercado no que respeita aos recursos florestais, designadamente através da monitorização permanente dos recursos florestais disponíveis e do acompanhamento das condições de mercado existentes, de molde a potenciar uma maior valorização dos produtos florestais e, consequentemente, a rentabilidade obtida com os mesmos.

2 — A CMPF tem a seguinte composição:

- a) O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que preside;
- b) O presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., (ICNF, I. P.);
- c) O diretor-geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP);
- d) O presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV, I. P.);

3 — A CMPF reúne sempre que convocada pelo seu presidente, devendo a primeira reunião ocorrer no prazo máximo de 30 dias a contar da data de entrada em vigor do presente despacho.

4 — Na dependência da CMPF funcionam os grupos de trabalho que esta determinar, os quais devem desenvolver, designadamente as seguintes atividades:

- a) Recolha de dados com vista ao tratamento e sistematização da informação sobre recursos e produtos florestais;
- b) Elaboração de estudos de análise prospetiva nas óticas da oferta e da procura de produtos florestais, bem como de novos produtos e soluções tecnológicas;
- c) Colaboração com os centros de competências e com a comunidade científica no sentido de aproximar as linhas de investigação às necessidades dos investidores florestais;
- d) Elaboração de *benchmarking* em matérias de mecanismos de comercialização de produtos florestais e acompanhamento da formação de preços desses produtos;
- e) Realização de propostas para a regulamentação do setor e de desenvolvimento de novos modelos de negócio;
- f) Monitorização da execução dos planos e estratégias do setor com impacto ao nível dos recursos e produtos florestais;
- g) Articulação funcional com os organismos da administração pública;
- h) Harmonização de termos, conceitos e procedimentos;